

# A COLONIALIDADE DE GÊNERO NA DESINFORMAÇÃO

## UM ESTUDO SOBRE O “KIT GAY”

Alana Maria Passos Barreto<sup>1</sup>  
Flávia de Ávila<sup>2</sup>

**Resumo:** “Escola sem Homofobia” foi um material educativo que partia de uma iniciativa não-governamental para compor o programa “Brasil sem Homofobia” do governo federal brasileiro. Contudo, o material foi pejorativamente marcado pela desinformação do “kit gay” e nunca executado. Diante disso, o presente artigo objetiva analisar como a falsa narrativa sobre o “kit gay” interfere nos avanços de políticas públicas educacionais voltadas à questão de gênero e sexualidade. A construção de pânicos morais contra o projeto acabou com oportunidades práticas de discussão sobre a opressão vivencia-

---

<sup>1</sup> Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pós-graduanda em Direito Digital pela Faculdade Legale. Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Integrante dos Grupos de Pesquisa ‘Relações de Trabalho, Empresas e Novas Tecnologias (RENTec)’ e ‘Direitos Fundamentais, Novos Direitos e Evolução Social’, cadastrados no diretório do CNPq.

E-mail: [alanapassosbarreto@gmail.com](mailto:alanapassosbarreto@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9736169289437141>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1395-8475>

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós-Graduação em Direito da mesma instituição. Realizou estágio pós doutoral na University of Washington, Tacoma. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, especialista em Direito e Processo do Trabalho pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, especialista em Direito e Negócios Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Direito e Relações Internacionais também pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É membro da diretoria do ramo brasileiro da International Law Association (ILA).

E-mail: [flaviadeavila@gmail.com](mailto:flaviadeavila@gmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8985849673523090>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3259-5796>

da por pessoas que desviam de padrões heteronormativos. Para fins metodológicos, adota-se uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir de análise bibliográfico-documental. O desenho da pesquisa baseia-se no método de estudo de caso e de caráter exploratório.

**Palavras-chave:** Decolonialidade; *Kit Gay*; Pânicos Morais; Políticas Públicas Educacionais.

## THE COLONIALITY OF GENDER IN DISINFORMATION A STUDY ON THE “GAY KIT”

**Abstract:** “School without Homophobia” was an educational material that was part of a non-governmental initiative to compose the “Brazil without Homophobia” program of the Brazilian federal government. However, the material was pejoratively branded with “gay kit” misinformation and never performed. In view of this, this article aims to analyze how the false narrative about the “gay kit” interferes with the advances of educational public policies focused on the issue of gender and sexuality. The construction of moral panics against the project ended practical opportunities for discussion about the oppression experienced by people who deviate from heteronormative standards. For methodological purposes, an essentially qualitative approach is adopted, based on bibliographic-documentary analysis. The research design is based on the case study and exploratory method.

**Keywords:** Decoloniality; *Kit Gay*; Moral Panics; Educational Public Policies.

### 1 Considerações iniciais

A decolonialidade de gênero assume o propósito de despir o processo de identificação das heteronormatividades e cisonormatividades, que são caracterizadas por violências institucionalizadas e não institucionalizadas, na tentativa de propor caminhos

mais abrangentes para a diversidade sexual e de gênero. A partir da perspectiva de gênero, a proposta decolonial é de causar fissuras à cis/heteronormatividade ao propor processos que visam desnaturalizar discursos e disputar narrativas conservadoras sobre gênero e sexualidade.

É dessa maneira que o artigo se propõe a analisar como a falsa narrativa sobre o “kit gay” interfere nos avanços de políticas públicas educacionais voltadas à questão de gênero e sexualidade. Nesse sentido, parte-se do pressuposto que a construção de narrativas desinformativas, como o “kit gay”, sustenta-se na promoção de pânicos morais com o intuito de enfraquecer, como o caso abordado nesse estudo, avanços de políticas públicas educacionais que desconstruam os padrões normativos de gênero e de sexualidade.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, adota-se uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir de análise bibliográfica e documental. O desenho da pesquisa baseia-se método de estudo de caso e possui caráter exploratório, tendo em vista a proposta de mapear novas perspectivas em relação ao tema.

Para tanto, o presente trabalho se divide em três momentos, além das considerações iniciais e finais. Inicialmente, o recorte proposto abrangerá as insurgências feministas decoloniais, com breves apontamentos, pois elas se enquadram na desconstrução do pensamento hegemônico cisnormativo e heteronormativo.

Em seguida, o cenário se desloca para compreender a origem do debate político sobre a desinformação a respeito do programa “Brasil sem Homofobia” que criou o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT” e, por sua vez, os

materiais educativos que compunham o programa ficaram, pejorativamente, conhecidos como “kit gay”.

E ao final, colocadas as premissas antecedentes, aborda-se, neste derradeiro tópico como essas falsas narrativas disseminadas sobre o “kit gay” auxiliam na construção de pânicos morais e, conseqüentemente, enfraquecem a criação de políticas públicas educacionais orientadas à questão de gênero e sexualidade.

## **2 A decolonialidade de gênero: breves apontamentos**

Na contemporaneidade, os estudos de gênero e seus muitos vieses encontram-se em singular crescimento diante de uma vasta gama de novas identidades, compreensões e clamores de indivíduos que não visam mais o subterfúgio da invisibilidade.

De acordo com Lugones (2014, p. 948), a tarefa do feminismo decolonial “inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la”, uma vez que essa é “uma das primeiras formas de produção de conhecimento científico que colocaram em xeque a posição hegemônica do conhecimento produzido na chave burguesa e ocidental” (MATOS, 2008, p. 346).

Para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é uma abordagem que incentiva a pensar as relações de poder diante das categorias de raça, classe, gênero e orientação sexual, entre outras, mas que não devem ser vistas de maneira distinta, e sim analisadas enquanto categorias que se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. E apesar de muitas vezes invisibilizadas, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (COLLINS; BILGE, 2021).

Logo, é necessário romper com a visão eurocêntrica e global de gênero e sexualidade, para compreender a relação da colonialidade de maneira interseccional (Lugones, 2014). Essa abordagem sobre a colonialidade de gênero parte-se dos efeitos de construção cis-heteronormativa na hierarquização das relações sociais, que determina, portanto, o que é ser homem e mulher sob uma ótica binária de gênero, restrita aos órgãos genitais.

A partir de Butler (2003, p. 25), a categorização de “sexo” e “gênero” é problematizada em razão de:

que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Diante disso, Butler (2003, p. 38) utiliza Foucault ao se referir ironicamente a uma suposta “verdade do sexo” que “é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes” (BUTLER, 2003, p. 38), interseccionalmente atrelada a outros vetores de normatização. Pode-se notar, por exemplo, como “a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’” (BUTLER, 2003, p. 38).

Isso porque o caráter construído da sexualidade tem sido invocado para contrariar a alegação de que a sexualidade tem um modo natural e normativo, isto é, um modo que aproxima o fantasma normativo de uma heterossexualidade compulsória (BUTLER,

2019). Dessa forma, os esforços para desnaturalizar esses padrões de sexualidade e gênero têm como seus principais inimigos os quadros normativos da heterossexualidade compulsória que operam mediante uma heteronormatividade.

A colonialidade se estabelece a partir do controle dos corpos que em há constante tentativa de enquadramento. Logo, pensar possibilidades decoloniais diante de cisnormatividades implica em proposições críticas de “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero”, bem como na problematização e desnaturalização desta mesma “matriz de inteligibilidade” (BUTLER, 2003, p. 38-39) cisnormativa binária. Tendo em vista que a visibilidade do oprimido faz com que, muitas vezes, o lado opressor se sinta ameaçado, a incompreensão daquilo que não se enquadra na heteronormatividade se torna medo e reflete em manipulações narrativas como a que será abordada.

### **3 A desinformação do “kit gay”**

Durante os dois primeiros mandatos do governo Lula (2003-2011) não houve avanços em pautas destinadas ao movimento LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transgêneros/ Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais/Agêneros, Pansexuais, Não-binários e mais) – como a união civil entre homossexuais, leis criminalizando a homofobia (ROMANCINI, 2018).

Contudo, a partir de ações como o programa “Brasil Sem Homofobia”, criado em 2004, e a “Primeira Conferência Nacional LGBT”, realizada em 2008, elaborou-se o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT” (PNPCDH-L-

GBT), de 2009. O PNPCDH-LGBT diagnosticou a importância da educação envolver o debate sobre a diversidade de gênero e sexual, e propôs a criação de um projeto de cooperação público governamental para as escolas públicas, o “Escola sem Homofobia”. À vista disso, originou-se a desinformação a respeito de um conjunto de materiais educativos destinados à abordagem e à prevenção a homofobia nas escolas que ficou pejorativamente marcado como “kit gay” por uma ala conservadora da política.

Os materiais educativos consistiam em: um caderno de orientação ao educador; seis boletins voltados aos estudantes; cartaz de divulgação do projeto; cartas de apresentação e orientação da iniciativa aos gestores e educadores; e três vídeos educativos com guias de discussão. E de acordo com o caderno homônimo, o projeto pretendia:

[...] contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovessem ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à homofobia na escola (CADERNO, 2009, p. 9).

Contudo, a desinformação sobre a ação educativa disseminou em 23 de novembro de 2010, no Congresso Nacional, após a realização do seminário “Escola sem Homofobia”, que tinha por objetivo discutir o papel da escola na promoção do respeito à diversidade sexual. Após a apresentação dos resultados da pesquisa, foram colocados vídeos do material que ainda não havia sido aprovado pelo Ministério da Educação (MEC), e um dos representantes do MEC, o secretário André Lázaro, realizou uma fala irônica sobre

um beijo na boca entre duas jovens em um dos vídeos (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012).

Diante disso, em Sessão Ordinária da Câmara, no dia 30 de novembro de 2010, Jair Bolsonaro, à época deputado federal, demonstrou ser opositor ferrenho ao programa ao realizar um discurso no plenário<sup>3</sup> de caráter desinformativo. O deputado alegou que o material seria distribuído a alunos de sete a dez anos, que estimulariam crianças a cultivarem comportamentos homoeróticos e homoafetivos e que isso as tornaria mais vulneráveis a ataques por indivíduos pedófilos (BRANDÃO; SANTANA, 2010).

Durante seu mandato como deputado federal, Bolsonaro distribuiu panfletos contra o PNPCDH-LGBT (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012). Os panfletos eram distribuídos em residências e escolas do estado do Rio de Janeiro<sup>4</sup>, em que chamavam de “Plano da Vergonha” e “Kit Gay”, apelido pelo qual o projeto “Escola sem Homofobia” ficou conhecido.

Em maio do ano seguinte, Bolsonaro produziu e divulgou um material panfletário, que ficou conhecido como “Informativo do Kit Gay”<sup>5</sup> em que realizava distorções ao criticar o conteúdo do PNPCDH-LGBT. O material falsamente atribuía uma supressão de palavras, ideias e expressões, como “República Gay”, “MST Gay”, “Programa Primeiro Emprego Gay”, entre outras; com intuito de reforçar o discurso normativo e conservador (GRESPLAN; GOELLNER, 2012).

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://goo.gl/so2ayJ>.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contrahomofobia-provoca-debate.html>.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://pt.slideshare.net/shayer19/informativo-kit-gay>.



O discurso de que o material incentivava comportamentos homoeróticos em crianças, e que isso as tornaria suscetíveis a ataques de pedófilos, mostrava que Bolsonaro utilizava uma estratégia de manutenção de pânico morais já existentes, através da desinformação sobre uma narrativa em que a comunidade LGBTQIAPN+ representava uma ameaça social aos padrões conservadores, sendo eles cisonormativos e heteronormativos.

Portanto, a luta contra o kit anti-homofobia se configurou em razão de seus oponentes acusarem o material de “promover o homossexualismo” nas escolas brasileiras. Esse tipo de narrativa criada por Bolsonaro contra o “kit gay” se difundia para os meios de comunicação tradicionais que produziam reportagens alarmistas sobre o assunto e utilizavam o termo “kit gay” de modo a naturalizá-lo (ROMANCINI, 2018).

Derrida (1996) olha para os meios de comunicação mais como produtores de fatos e de narrativas sobre a realidade da atualidade do que, necessariamente, enquanto transmissores dos fatos sobre a realidade. Essa produção de fatos é “artificial” e nem sempre está pautada por critérios de transparência e fatualidade (DERRIDA; STIEGLER, 1996). Portanto, o uso de técnicas ocultas pelo lado do emissor moldam a informação com vista a despertar determinados efeitos nos receptores da mensagem, mas que são baseadas em pressupostos falsos, procurando manipular, intoxicar ou distrair a opinião pública.

Observa-se a partir dos estudos sobre discurso de Foucault (1970, 2000) que não importa a veracidade do fato narrado, mas quem o diz, como o diz e quando o diz. Nesse sentido, em publicação feita no dia 23 de julho de 2012, na plataforma *Twitter*, Bolsonaro afirma:

## Figura 1 - Tweet de Jair Bolsonaro



**Fonte:** Reprodução<sup>6</sup>

O link mencionado na publicação gerava uma página de blog criada em seu nome com imagens e textos sobre supostas atividades escolares a qual ele atribuiu como resultados do projeto do “kit gay”. No entanto, o Projeto “Escola sem Homofobia”, que estava dentro do programa “Brasil sem Homofobia” e do PNPCDH-LGBT nunca foi executado em prática, por ter sido vetado em 2011 pela presidente Dilma Rousseff devido a repercussão negativa.

Vale ressaltar que seis anos depois, nas eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro ressurgiu com a desinformação e afirmou em entrevista ao *Jornal Nacional*<sup>7</sup> que o livro “Aparelho Sexual e Cia” havia sido distribuído em escolas públicas pelo Ministério da Educação quando Fernando Haddad (à época candidato a presidência da república) era o ministro da pasta. O material, porém, jamais fez parte do projeto.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/227538599225212928>.

<sup>7</sup> O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Carlos Horbach ainda determinou a suspensão de links de sites e redes sociais com a expressão “kit gay” usados pela campanha de Jair Bolsonaro, à época do PSL, para atacar o candidato do PT, Fernando Haddad. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/>.

## 4 A construção do inimigo

Diante dessa nomeação que o material recebeu, é possível notar o posicionamento estratégico de agentes contrários a uma tentativa de política inclusiva, com o intuito de criar um “pânico moral” (MISKOLCI, 2007). O conceito de “pânico moral” remete à “forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos” (MISKOLCI, 2007, p. 111).

O caráter “moral” desse pânico está intrinsecamente associado aos temores de mudança na ordem social ou nas concepções idealizadas sobre ela. Miskolci (2007) coloca que a política simbólica do pânico moral atua por meio de um mecanismo de substituição, em que um grupo que não pode fazer prevalecer sua opinião no debate público altera os termos da discussão.

As mídias sociais têm um papel fundamental na amplificação dos pânicos morais, na medida em que possibilitam meios de alcance as vozes dos atores interessados em promovê-los, desenvolvendo temas relacionados ao temor básico. A sociedade é sujeitada, de tempos em tempos, a períodos de pânico moral, de modo que, devido a condições, acontecimentos, pessoas e grupos de pessoas que emergem e passam a ser definidas como uma ameaça aos interesses e valores da sociedade. São apresentados de maneira estereotipada pelas grandes mídias de massa, e assim, barreiras morais se fortalecem contra o surgimento desta situação vista como ameaçadora (COHEN, 1972; MACHADO, 2004).

Ocorrem então os supostos riscos e efeitos caso os planos educacionais incluam gênero e sexualidade nas suas diretrizes, que “estimulariam crianças a cultivarem comportamentos homoeróticos

e homoafetivos” e que isso “as tornaria mais propensas a ataques por indivíduos pedófilos”. Nesse sentido, ocorre o processo de “demonização, recorrendo-se a um conjunto de imagens preexistentes do mal, frequentemente condensadas em torno de grupos socialmente mais vulneráveis” (MACHADO, 2004, p. 62).

Miskolci (2007, p. 114) ressalta que “o pânico moral fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais”. Logo, pode-se questionar a desinformação do “kit gay” fomentada por Bolsonaro como uma tentativa de perpetuar pânicos morais já existentes. Isso porque Bolsonaro age com o propósito de evocar um sentimento de ameaça aos valores da sociedade brasileira ao divulgar materiais que subvertem o programa de combate à discriminação de pessoas LGBTQIAPN+.

A investida de colocá-las enquanto vilão que representa uma ameaça social está associada à produção do inimigo denunciada por Butler (2015), quando determinados enquadramentos, em contextos marcados pela instabilidade e pelo conflito social produzem sujeitos que supostamente seriam ameaçadores à vida da nação e que são, por isso, sacrificáveis e não passíveis de luto.

Essa narrativa que norteia a produção do inimigo é a que busca estabelecer sacrifícios necessários em nome de instituições e estratégias narrativas que almejam a perpetuação do *status quo* e que estabelecem uma distribuição desigual do reconhecimento e da cidadania. Portanto, nota-se que os posicionamentos contrários as diretrizes de gênero e sexualidade em planos educacionais recaem a ideias de que, ao se discutir gênero e sexualidade, estaria induzindo a uma livre escolha ou a uma anulação das diferenças.

No entanto, observa-se a partir dos estudos de gênero, que sobre diversas instâncias, mas em especial a escola, exercita-se “uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos” (LOURO, 2001, p. 17).

Nesse sentido, aprende-se desde cedo sobre padrões de comportamentos, gesticulações, movimentos e uso dos corpos. E, apesar de tanto esforço normatizador, alguns escapam à lógica hegemônica e sofrem com isso *bullying*, discriminações, exclusões e violências variadas. A questão a ser observada é que os que defendem a retirada desses temas dos planos acabam sendo coniventes com a manutenção de violências existentes (BORGES; BORGES, 2018).

O projeto “Escola sem Homofobia” se pautava em uma tentativa de estratégia no combate a essas violências institucionalizadas e não-institucionalizadas contra a comunidade LGBTQIAPN+ no ambiente escolar. A demonização ao projeto realizada por Bolsonaro acabou com oportunidades concretas de discussão sobre a opressão vivenciada por pessoas que desviam de padrões heteronormativos.

## 5 Considerações finais

Neste artigo, discutiu-se, brevemente, as premissas da teoria decolonial e interseccional que se compõem na busca pelo rompimento da visão eurocêntrica e global de gênero e sexualidade, a partir dos esforços para desnaturalizar esses padrões.

Foi possível observar a construção de falsas narrativas desde 2010, com discursos falaciosos sobre iniciativas que visavam o

combate à homofobia e a ampliação de direitos para pessoas LGBTQIAPN+, a partir do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT”, e se tornaram alvo de narrativas políticas na tentativa de demonizá-los, em nome de uma suposta proteção as crianças.

A notável preocupação de lideranças políticas com o ambiente escolar evidencia sua potencialidade na desconstrução do *status quo* quando o empenho é para o aprofundamento do respeito à diversidade e aos princípios democráticos. Logo, se o ambiente escolar pode ser instrumentalizado para o desenvolvimento de pedagogias da sexualidade que normalizam determinados comportamentos e contribuem para a perpetuação de normas de gênero, também pode ser um local de estranhamento com as normas instituídas e do aprendizado das diferenças e da diversidade.

## Referências

BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira De Educação**, 23, e230039, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230039>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRANDÃO, P. de F.; SANTANA, T. O “kit gay”: na saúde e na educação um kit de polêmicas. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 18, 167-176, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/47064>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: Editora n-1 edições, 2019.

CADERNO **Escola sem Homofobia**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAx-V88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5gg-vfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics**: the creation of mods and rockers. Londres: Macgibbon and Kee, 1972.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DERRIDA, J. História da mentira: prolegômenos. **Estudos Avançados**, 10(27), 7-39, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8934>. Acesso em: 12 ago. 2023.

DERRIDA, J.; STIEGLER, B. **Échographies de la télévision**. Paris: Éditions Galilée, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1970.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

GRESPLAN, C. L.; GOELLNER, S. V. "Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual?": Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], n. 19, 2012. DOI: 10.9771/2317-1219rf.v0i19.5251. Disponível em: <https://periodi->

cos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/5251. Acesso em: 15 ago. 2023.

LOURO, G. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, 22(3), 935–952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MACHADO, C. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. **Interações: Sociedade e as Novas Modernidades**, 4(7), 60-80, 2004. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, 16(2), 333–357, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZ-mhF5yph/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MELLO, L., AVELAR, R. B. de; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, 27(2), 289–312, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xZP7MNQxfysrJX53QTdcXsD/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, (28), 101–128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

**PLANO NACIONAL de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.**



Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1006>. Acesso em: 11 ago. 2023

ROMANCINI, R. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, 87-108, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17628>. Acesso em: 12 ago. 2023.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P. V. L. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.